

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	11
PREFÁCIO	13

PARTE GERAL

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO PENAL	43
1. Conceito e Objeto	43
2. Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	46
3. Características e Classificações	47
4. Evolução Histórica	53
4.1. Os tempos primitivos e a Vingança	54
4.2. Direito Penal Grego	55
4.3. Direito Penal Romano	56
4.4. Direito Penal Germânico	57
4.5. Direito Penal na Idade Média	58
4.6. Direito Penal e o Iluminismo	59
4.7. As Escolas do Direito Penal	59
4.8. Histórico do Direito Penal Brasileiro	65
5. Fontes	66
5.1. Conceito	66
5.2. Classificação	67
5.3. Competência legislativa em matéria penal	70
5.4. Lei delegada penal	71
5.5. Medida provisória penal	72
6. Direito Penal e Estado Democrático de Direito	73
7. Direito Penal e Direitos Humanos	74
8. Direito Penal Consensual	75
Quadro Sinótico	78

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	83
1. A diferenciação entre Princípios e Regras	83
1.1. Distinção Fraca	84
1.2. Distinção Forte	84
1.3. A concepção de Humberto Ávila	85
2. Princípios em Espécie	85
2.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	86
2.2. Princípio do Devido Processo Legal	88
2.3. Princípio da Legalidade	89
2.4. Princípio da Intervenção Mínima (<i>ultima ratio</i>)	94
2.5. Princípio da Fragmentariedade	95
2.6. Princípio da Subsidiariedade	96
2.7. Princípio da Adequação Social	96
2.8. Princípio da Culpabilidade	98
2.9. Princípio da Ofensividade ou da Lesividade	100
2.10. Princípio da Autorresponsabilidade	101
2.11. Princípio da Individualização da Pena	101
2.12. Princípio da Confiança	103
2.13. Princípio da Pessoalidade ou Intranscendência da Pena	104
2.14. Princípio da Alteridade ou da Transcendentalidade	105
2.15. Princípio da Exteriorização ou Materialização do Fato	106
2.16. Princípio da Presunção de Inocência (ou da não culpa)	106
2.17. Princípio da Vedação da Dupla Punição pelo Mesmo Fato	107
2.18. Princípio da Irretroatividade	109
2.19. Princípio da Insignificância	109
2.20. Princípio da Exclusiva Proteção do Bem Jurídico	112
2.21. Princípio (ou Postulado) da Proporcionalidade	112
3. Princípios do Garantismo	116
Quadro Sinótico	118
CAPÍTULO III – TEORIA DA NORMA PENAL	121
1. A interpretação da Norma Penal	121
2. Interpretação Extensiva, Analogia e Interpretação Analógica	124
3. Método Descritivo da Norma Penal	126
4. Classificação das Normas Penais	127
4.1. Lei Penal Incriminadora	127
4.2. Lei Penal Não Incriminadora	128
5. Leis Penais Incompletas	130
5.1. Lei penal com previsão de tipo aberto	131
5.2. Lei penal em branco	132
6. Lei Penal no Tempo	135

6.1.	Tempo do Crime	137
6.2.	<i>Abolitio criminis</i>	139
6.3.	<i>Novatio legis in melius</i>	140
6.4.	<i>Novatio legis in pejus</i>	143
6.5.	<i>Novatio legis</i> incriminadora	143
6.6.	Lei penal no tempo e crimes permanentes e continuados	143
6.7.	Lei penal no tempo e crimes habituais	145
6.8.	Lei Penal no tempo e norma penal em branco	145
7.	Leis de Vigência Temporária	148
7.1.	Conceito	148
7.2.	Lei Excepcional	149
7.3.	Lei Temporária em sentido estrito	149
7.4.	Características comuns	149
7.5.	(In)constitucionalidade	150
8.	Lei Penal no Espaço	151
8.1.	Lugar do Crime	151
8.2.	Territorialidade	153
8.3.	Extraterritorialidade	155
8.4.	Princípios da extraterritorialidade	158
8.5.	Competência no caso de extraterritorialidade	159
9.	Lei Penal em Relação às Pessoas: Imunidades	159
9.1.	Imunidades diplomáticas	160
9.2.	Imunidades parlamentares	165
9.3.	Inviolabilidade do advogado	172
10.	Prazo Penal	173
11.	Conflito Aparente de Normas	175
11.1.	Princípio da Especialidade	176
11.2.	Princípio da Subsidiariedade	178
11.3.	Princípio da Consunção ou da Absorção	180
11.4.	Princípio da Alternatividade	185
	Quadro Sinótico	186
	CAPÍTULO IV - EVOLUÇÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PENAL	193
1.	Teorias da Ação	194
1.1.	Causalismo, Causal-Naturalismo ou Teoria Clássica	194
1.2.	Neokantismo ou Teoria Causal-Valorativa	196
1.3.	Finalismo	198
1.4.	Teoria Cibernética	200
1.5.	Teoria Social da Ação	201
1.6.	Teoria da Ação Significativa	202
2.	Função do Direito Penal	203

2.1. Funcionalismo Sistemico ou Radical	205
2.2. Funcionalismo Teleológico ou Moderado	209
3. Abordagens críticas sobre o Direito Penal	211
3.1. Abolicionismo Penal	211
3.2. Direito Penal Mínimo	213
3.3. Direito Penal Máximo	214
4. As velocidades do Direito Penal	215
4.1. 1ª Velocidade	217
4.2. 2ª Velocidade	217
4.3. 3ª Velocidade	217
4.4. 4ª Velocidade	218
Quadro Sinótico	218

CAPÍTULO V - TEORIA DO CRIME: FATO TÍPICO **223**

1. Conceito de crime	223
2. Conceito analítico de crime	227
3. A teoria tripartite	230
4. Sujeitos do crime	230
4.1. Sujeito ativo	231
4.2. Pessoa jurídica como sujeito ativo	231
4.3. Sujeito passivo	235
5. Objeto do crime	236
5.1. Objeto material e objeto jurídico	237
5.2. Teoria do bem jurídico	238
6. Fato Típico	241
6.1. Elementos do fato típico	242
6.2. Teoria do tipo penal	242
7. Conduta	245
7.1. Elementos da conduta	247
7.2. Causas de exclusão da conduta	247
7.3. Formas da conduta: ação e omissão	248
7.4. Espécies da conduta quanto ao elemento subjetivo	249
8. Tipo doloso	249
8.1. Elementos do dolo	250
8.2. Teorias do dolo	250
8.3. O dolo no Código Penal	253
8.4. Espécies de dolo	254
8.5. Dolo sem vontade (psicológica)	259
8.6. Dolo sem conhecimento: a cegueira deliberada	260
9. Tipo culposos	263
9.1. Elementos do crime culposos	264

9.2. Modalidades de culpa	266
9.3. Espécies de culpa	268
10. Tipos “qualificados” pelo resultado	270
10.1. Tipos qualificados pelo resultado e seus elementos	270
10.2. Crime preterdoloso	273
11. Tipo omissivo	274
11.1. Teorias da omissão	275
11.2. Crime omissivo próprio ou puro	276
11.3. Crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão	277
11.4. Crime omissivo por comissão	283
11.5. Crimes de conduta mista	283
12. Erro de tipo	284
12.1. Espécies	284
12.2. Erro de tipo essencial	285
12.3. Erro de tipo acidental	288
12.4. Discriminantes putativas	295
12.5. Erro de tipo causado por terceiro	298
12.6. Diferenciações de erro	298
13. Resultado	299
14. Nexo causal e imputação objetiva	302
14.1. Teoria da equivalência dos antecedentes	303
14.2. Teorias da adequação e da relevância	305
14.3. Teoria da condição INUS	308
14.4. Teoria da imputação objetiva	309
14.5. O nexo causal no Código Penal Brasileiro	325
15. Tipicidade	329
15.1. Teorias da tipicidade	329
15.2. Relação entre tipicidade e ilicitude	332
Quadro Sinótico	336
CAPÍTULO VI – TEORIA DO CRIME: ILICITUDE	349
1. Conceito de ilicitude	349
1.1. Injusto penal	351
2. Causas excludentes de ilicitude	352
2.1. Estado de necessidade	354
2.2. Legítima defesa	362
2.3. Estrito cumprimento do dever legal	369
2.4. Exercício regular de um direito	369
2.5. A questão dos ofendículos	370
2.6. Causas supralegais de exclusão da ilicitude	371
2.7. Excesso Punível	372
Quadro Sinótico	374

CAPÍTULO VII – TEORIA DO CRIME: CULPABILIDADE	377
1. Conceito de culpabilidade	377
2. Teorias sobre a culpabilidade	381
2.1. Teoria psicológica da culpabilidade	381
2.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	382
2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade: concepção estrita	383
2.4. A vertente limitada da culpabilidade	385
2.5. A vertente extremada <i>sui generis</i> da culpabilidade	387
2.6. Teoria da coculpabilidade	389
3. Elementos da culpabilidade	391
3.1. Imputabilidade	391
3.2. Potencial consciência da ilicitude	393
3.3. Exigibilidade de conduta diversa	394
4. Causas excludentes da culpabilidade	395
4.1. Inimputabilidade	395
4.2. Erro de proibição	405
4.3. Coação Moral irresistível	410
4.4. Obediência hierárquica	412
4.5. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	414
Quadro Sinótico	416
CAPÍTULO VIII – PUNIBILIDADE	419
1. Conceito de punibilidade	419
2. Causas de exclusão de punibilidade	421
2.1. Imunidades absolutas ou escusas absolutórias	421
3. Condições objetivas de punibilidade	423
3.1. Constituição definitiva do débito nos crimes tributários	423
3.2. Sentença de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e crimes falimen- tares	424
3.3. A extraterritorialidade condicionada	424
4. Causas extintivas da punibilidade	425
4.1. Morte do agente	429
4.2. Anistia, graça e indulto	432
4.3. <i>Abolitio criminis</i>	439
4.4. Decadência	440
4.5. Perempção	445
4.6. Renúncia	446
4.7. Perdão do ofendido	448
4.8. Retratação	450
4.9. Perdão judicial	452
5. Prescrição	454

5.1. Conceito e fundamentos da prescrição	454
5.2. Regras gerais	455
5.3. Imprescritibilidade	458
5.4. Prescrição da pretensão punitiva	462
5.5. Prescrição da pretensão punitiva: causas suspensivas	464
5.6. Prescrição da pretensão punitiva: causas interruptivas	467
5.7. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita	472
5.8. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente	477
5.9. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	480
5.10. Prescrição da pretensão punitiva virtual	482
5.11. Prescrição da pretensão executória	484
5.12. Prescrição da pena de multa	492
5.13. Prescrição das medidas de segurança	494
5.14. Prescrição do crime de porte de drogas para consumo próprio	494
5.15. Prescrição nos crimes falimentares	495
5.16. Prescrição de falta grave no curso da execução penal	495
5.17. Prescrição dos atos infracionais	495
Quadro Sinótico	496
CAPÍTULO IX - ITER CRIMINIS: O CAMINHO DO CRIME	501
1. Fases do <i>iter criminis</i>	501
2. Diferenciação entre atos preparatórios e executórios	504
3. Crime consumado	508
4. Crime tentado ou <i>conatus</i>	510
5. Tentativa abandonada	518
5.1. Desistência voluntária	520
5.2. Arrependimento eficaz	521
5.3. Comunicabilidade da tentativa abandonada	522
5.4. Arrependimento posterior	523
6. Crime impossível	527
Quadro Sinótico	532
CAPÍTULO X - CONCURSO DE PESSOAS	535
1. Distinção entre autoria e participação	539
2. Domínio do fato	540
2.1. Domínio final do fato: a concepção de Welzel	541
2.2. Domínio do fato: a teoria de Roxin	542
2.3. Domínio do fato na visão de Zaffaroni	546
2.4. O problema da "autoria intelectual"	547
3. Autores e Partícipes no Código Penal Brasileiro	548
4. Autoria mediata	549

5. Autoria colateral	550
6. Coautoria	551
7. Participação	553
8. Concurso de pessoas nos crimes culposos	565
9. Concurso de pessoas nos crimes omissivos	566
10. Punibilidade no concurso de agentes	566
11. Multidão delinquente	567
12. Participação de menor importância	568
13. Cooperação dolosamente distinta	570
14. Comunicabilidade de circunstâncias, condições e elementares	571
15. Participação impune	573
Quadro Sinótico	574
CAPÍTULO XI - CONCURSO DE CRIMES	577
1. Concurso material	580
2. Concurso formal	583
3. Crime continuado	588
4. Pena de multa no concurso de crimes	595
Quadro Sinótico	596
CAPÍTULO XII - TEORIA DA PENA	599
1. Sanção Penal	599
2. Finalidade da pena	600
3. Justiça Restaurativa	603
4. Princípios que regem as penas	604
5. Penas em espécie	605
5.1. Penas admitidas no direito brasileiro	605
5.2. Penas vedadas no direito brasileiro	607
5.3. Penas privativas de liberdade	610
5.4. Aplicação das penas privativas de liberdade	611
5.5. A primeira fase da dosimetria da pena: circunstâncias judiciais	613
5.6. A segunda fase da dosimetria da pena: agravantes e atenuantes	624
5.7. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de aumento e de diminuição de pena	638
5.8. Sistemas penitenciários	640
5.9. Regime e local de cumprimento das penas privativas de liberdade	644
5.10. Limite máximo das penas	657
5.11. Penas restritivas de direitos	659
5.12. Pena de multa	669
6. Suspensão condicional da pena	674
6.1. Revogação obrigatória	676

6.2. Revogação facultativa	676
6.3. Cassação	677
6.4. Extinção	677
7. Livramento condicional	679
7.1. Condições	683
7.2. Concessão	683
7.3. Revogação obrigatória	684
7.4. Revogação facultativa	685
7.5. Efeitos da revogação	685
7.6. Prorrogação	686
7.7. Suspensão	686
7.8. Extinção	687
8. Efeitos da condenação	687
8.1. Efeitos penais da condenação	688
8.2. Efeitos extrapenais da condenação	689
9. Reabilitação	701
10. Frações não computáveis da pena	704
11. Eficácia da sentença penal estrangeira	704
12. Pena cumprida no estrangeiro	708
13. Temas de execução penal	710
13.1. Detração	710
13.2. Regime especial de cumprimento de pena para mulheres	712
13.3. Regime especial de cumprimento de pena para indígenas	713
13.4. Direitos do preso	713
13.5. Trabalho do preso	715
13.6. Ordem de execução das penas	715
Quadro Sinótico	716
CAPÍTULO XIII - MEDIDA DE SEGURANÇA	725
1. Sistemas penais, periculosidade e culpabilidade	726
2. Espécies de medida de segurança	726
3. Aplicação da Medida de segurança	728
4. Limite de duração da medida de segurança	728
5. Liberação ou desinternação condicional	730
6. Reinternação e internação do submetido a tratamento	731
7. Semi-imputabilidade	731
8. Conversão da pena em medida de segurança	732
9. Extinção da punibilidade	732
10. Prescrição	733
Quadro Sinótico	734

CAPÍTULO XIV - AÇÃO PENAL	737
1. Ação penal pública	740
2. Ação penal pública incondicionada	741
3. Ação penal pública condicionada	742
3.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	742
3.2. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	746
4. Ação penal privada	748
5. Ação penal privada exclusiva	748
6. Ação penal privada personalíssima	752
7. Ação penal privada subsidiária da pública	753
8. Ação penal nos crimes complexos	754
Quadro Sinótico	755
CAPÍTULO XV - CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	759
1. Quanto ao sujeito ativo	759
2. Quanto ao resultado naturalístico	759
3. Quanto ao resultado jurídico	760
4. Quanto à modalidade da conduta	762
5. Quanto à consumação	763
6. Quanto à unicidade ou não do tipo penal	764
7. Quanto à acessoriedade do delito	765
8. Quanto à aplicação da absorção	765
9. Quanto ao fracionamento da conduta	766
10. Quanto ao concurso de agentes	766
11. Quanto à forma de sua prática	767
12. Quanto ao lugar de sua prática	767
13. Quanto aos vestígios	768
14. Quanto à condição objetiva de punibilidade	768
15. Quanto à natureza dos crimes funcionais	768
16. Quanto à natureza dos crimes militares	769
17. Quanto ao sujeito passivo	770
18. Quanto ao número de bens jurídicos atingidos	770
19. Quanto a elementos subjetivos impróprios	770
20. Quanto ao tratamento da tentativa	771
21. Quanto ao núcleo do tipo	772
22. Quanto à pena	773
23. Quanto à relação do comportamento típico com o bem jurídico: delitos de posse e de pertencimento	773
24. Outras classificações	775
Quadro Sinótico	778

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO I - DOS CRIMES CONTRA A VIDA	783
1. Homicídio	783
1.1. Homicídio Simples	787
1.2. Homicídio Privilegiado	788
1.3. Homicídio Qualificado	790
1.4. Homicídio Qualificado: Feminicídio	799
1.5. Homicídio Qualificado: menores de 14 anos de idade	805
1.6. Homicídio Doloso Majorado	808
1.7. Homicídio Culposos	810
Quadro Sinótico	814
2. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação	816
Quadro Sinótico	826
3. Infanticídio	827
Quadro Sinótico	829
4. Aborto	830
4.1. Autoaborto e aborto consentido	830
Quadro Sinótico	832
4.2. Aborto sem consentimento da gestante	832
4.3. Aborto com consentimento da gestante	833
4.4. Aborto Majorado	834
4.5. Aborto Legal e Atipicidade	835
Quadro Sinótico	837
CAPÍTULO II - DAS LESÕES CORPORAIS	839
1. Lesão corporal de natureza leve	842
2. Lesão corporal de natureza grave	842
3. Lesão corporal de natureza gravíssima	845
4. Lesão corporal seguida de morte	847
5. Lesão corporal privilegiada e substituição de pena	848
6. Lesão corporal culposa	848
7. Lesão corporal majorada	849
8. Perdão Judicial	849
9. Lesão corporal com violência doméstica e familiar	850
10. Lesão corporal funcional	851
11. Lesão corporal por condição do sexo feminino	851
12. Lesão corporal e ação penal	853
Quadro Sinótico	854

CAPÍTULO III - DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	859
1. Perigo de Contágio Venéreo	859
Quadro Sinótico	861
2. Perigo de Contágio de Moléstia Grave	862
Quadro Sinótico	863
3. Perigo para a Vida ou a Saúde de Outrem	863
Quadro Sinótico	864
4. Abandono de Incapaz	865
Quadro Sinótico	867
5. Exposição ou Abandono de Recém-Nascido	868
Quadro Sinótico	869
6. Omissão de Socorro	870
Quadro Sinótico	871
7. Condicionamento de Atendimento Médico-Hospitalar Emergencial	872
Quadro Sinótico	874
8. Maus-Tratos	875
Quadro Sinótico	877
CAPÍTULO IV - DA RIXA	879
Quadro Sinótico	881
CAPÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA A HONRA	883
1. Calúnia	883
Quadro Sinótico	886
2. Difamação	887
Quadro Sinótico	889
3. Injúria	890
Quadro Sinótico	896
4. Disposições Comuns aos Crimes Contra a Honra	897
CAPÍTULO VI - CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL	903
1. Dos crimes contra a liberdade pessoal	903
1.1. Constrangimento Ilegal	903
Quadro Sinótico	907
1.2. Ameaça	907
Quadro Sinótico	909
1.3. Perseguição	910
Quadro Sinótico	914
1.4. Violência Psicológica contra a Mulher	915
Quadro Sinótico	921
1.5. Sequestro e Cárcere Privado	921

Quadro Sinótico	926
1.6. Redução à Condição Análoga à de Escravo	927
Quadro Sinótico	935
1.7. Tráfico de Pessoas	936
Quadro Sinótico	942
2. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	943
Violação de Domicílio	943
Quadro Sinótico	948
3. Dos crimes contra a inviolabilidade da correspondência	949
3.1. Outros Crimes Ligados à Violação de Correspondência	950
Quadro Sinótico	952
3.2. Correspondência Comercial	953
Quadro Sinótico	954
4. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	954
Quadro Sinótico	956
4.1. Violação de Segredo Profissional	957
Quadro Sinótico	957
4.2. Invasão de Dispositivo Informático	958
Quadro Sinótico	963
CAPÍTULO VII – CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	965
1. Do furto	965
1.1. Furto	965
Quadro Sinótico	981
1.2. Furto de Coisa Comum	983
Quadro Sinótico	984
2. Do roubo e da extorsão	985
2.1. Roubo	985
Quadro Sinótico	1000
2.2. Extorsão	1001
Quadro Sinótico	1008
2.2.1. Extorsão Mediante Sequestro	1009
Quadro Sinótico	1013
2.2.2. Extorsão Indireta	1013
Quadro Sinótico	1015
3. Da usurpação	1015
3.1. Alteração de limites	1015
Quadro Sinótico	1016
3.2. Usurpação de águas	1017
Quadro Sinótico	1017
3.3. Ebulho possessório	1018

Quadro Sinótico	1020
3.4. Disposições Comuns	1021
3.5. Supressão ou alteração de marca em animais	1021
Quadro Sinótico	1022
4. Do dano	1022
4.1. Dano	1023
Quadro Sinótico	1026
4.2. Introdução ou Abandono de Animais em Propriedade Alheia	1028
Quadro Sinótico	1029
4.3. Dano em Coisa de Valor Artístico, Arqueológico ou Histórico	1029
Quadro Sinótico	1031
4.4. Alteração de Local Especialmente Protegido	1032
Quadro Sinótico	1032
5. Da apropriação indébita	1033
5.1. Apropriação Indébita	1033
Quadro Sinótico	1038
5.2. Apropriação Indébita Previdenciária	1039
Quadro Sinótico	1047
5.3. Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza 1048	
Quadro Sinótico	1049
5.4. Apropriação de Tesouro	1049
Quadro Sinótico	1050
5.5. Apropriação de Coisa Achada	1051
Quadro Sinótico	1052
5.6. Forma Privilegiada para os Crimes do Capítulo V – Da Apropriação Indébita 1053	
6. Do estelionato e outras fraudes	1053
6.1. Estelionato	1053
6.2. Disposição de Coisa Alheia como Própria	1059
6.3. Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	1059
6.4. Defraudação de Penhor	1060
6.5. Fraude na Entrega de Coisa	1060
6.6. Fraude para Recebimento de Indenização ou Valor de Seguro	1061
6.7. Fraude no pagamento por meio de cheque	1061
6.8. Formas majoradas do estelionato, figuras equiparadas e ação penal	1063
Quadro Sinótico	1067
6.9. Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos finan- ceiros	1069
Quadro Sinótico	1075
6.10. Duplicata Simulada	1076

Quadro Sinótico	1077
6.11. Abuso de Incapazes	1078
Quadro Sinótico	1079
6.12. Induzimento à Especulação	1080
Quadro Sinótico	1081
6.13. Fraude no Comércio	1081
Quadro Sinótico	1083
6.14. Outras Fraudes	1084
Quadro Sinótico	1084
6.15. Fraudes e Abusos na Fundação ou Administração de Sociedade por Ações 1085	
Quadro Sinótico	1090
6.16. Emissão Irregular de Conhecimento de Depósito ou Warrant	1091
Quadro Sinótico	1092
6.17. Fraude à Execução	1093
Quadro Sinótico	1094
7. Da receptação	1095
7.1. Receptação	1095
Quadro Sinótico	1101
7.2. Receptação de animal	1103
Quadro Sinótico	1104
8. Disposições gerais	1104
CAPÍTULO VIII - CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	1109
1. Dos crimes contra a propriedade intelectual	1109
1.1. Violação contra os direitos autorais	1109
1.2. Da ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual	1114
Quadro Sinótico	1115
CAPÍTULO IX - CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1117
1. Atentado Contra a Liberdade de Trabalho	1118
Quadro Sinótico	1121
2. Atentado Contra a Liberdade de Contrato de Trabalho e Boicotagem Violenta	1121
Quadro Sinótico	1123
3. Atentado Contra a Liberdade de Associação	1124
Quadro Sinótico	1125
4. Paralisação de Trabalho, Seguida de Violência ou Perturbação da Ordem	1126
Quadro Sinótico	1127
5. Paralisação de Trabalho de Interesse Coletivo	1128
Quadro Sinótico	1129
6. Invasão de Estabelecimento Industrial, Comercial ou Agrícola. Sabotagem	1130

Quadro Sinótico	1131
7. Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista	1132
Quadro Sinótico	1134
8. Frustração de Lei Sobre a Nacionalização do Trabalho	1135
Quadro Sinótico	1136
9. Exercício de Atividade com Infração de Decisão Administrativa	1136
Quadro Sinótico	1138
10. Aliciamento para o Fim de Emigração	1139
Quadro Sinótico	1141
11. Aliciamento de Trabalhadores de um Local para Outro do Território Nacional	1141
Quadro Sinótico	1143

CAPÍTULO X – CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RESPEITO AOS MORTOS 1145

1. Dos crimes contra o sentimento religioso	1145
1.1. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	1145
Quadro Sinótico	1147
2. Dos crimes contra o respeito aos mortos	1148
2.1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	1148
Quadro Sinótico	1149
2.2. Violação de sepultura	1150
Quadro Sinótico	1151
2.3. Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	1151
Quadro Sinótico	1152
2.4. Vilipêndio a Cadáver	1153
Quadro Sinótico	1154

CAPÍTULO XI – CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 1155

1. Dos crimes contra a liberdade sexual	1156
1.1. Estupro	1156
Quadro Sinótico	1162
1.2. Violação sexual mediante fraude	1163
Quadro Sinótico	1166
1.3. Importunação sexual	1167
Quadro Sinótico	1168
1.4. Assédio sexual	1169
Quadro Sinótico	1172
2. Da exposição da intimidade sexual	1172
2.1. Registro não autorizado da intimidade sexual	1173
Quadro Sinótico	1175

3. Dos crimes sexuais contra vulnerável	1176
3.1. Estupro de vulnerável	1176
Quadro Sinótico	1186
3.2. Corrupção de menores	1188
3.3. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	1190
3.4. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	1193
3.5. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	1198
Quadro Sinótico	1201
4. Disposições gerais	1202
5. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	1206
5.1. Mediação para servir à lascívia de outrem	1207
Quadro Sinótico	1208
5.2. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1209
Quadro Sinótico	1211
5.3. Casa de prostituição	1212
Quadro Sinótico	1215
5.4. Rufianismo	1216
Quadro Sinótico	1217
5.5. Promoção de migração ilegal	1219
Quadro Sinótico	1220
6. Do ultraje público ao pudor	1221
6.1. Ato obsceno	1221
Quadro Sinótico	1222
6.2. Escrito ou objeto obsceno	1223
Quadro Sinótico	1225
7. Disposições gerais	1226
CAPÍTULO XII – CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	1229
1. Dos crimes contra o casamento	1229
1.1. Bigamia	1229
Quadro Sinótico	1230
1.2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	1231
Quadro Sinótico	1232
1.3. Conhecimento prévio de impedimento	1233
Quadro Sinótico	1234
1.4. Simulação de autoridade para celebrar casamento	1234
Quadro Sinótico	1235
1.5. Simulação de casamento	1236

Quadro Sinótico	1236
2. Dos crimes contra o estado de filiação	1237
2.1. Registro de nascimento inexistente	1237
Quadro Sinótico	1237
2.2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado de recém-nascido	1238
Quadro Sinótico	1239
2.3. Sonegação de estado de filiação	1240
Quadro Sinótico	1240
3. Dos crimes contra a assistência familiar	1241
3.1. Abandono material	1241
Quadro Sinótico	1242
3.2. Entrega de filho menor a pessoa inidônea	1243
Quadro Sinótico	1244
3.3. Abandono intelectual	1245
Quadro Sinótico	1247
3.4. Abandono moral	1247
Quadro Sinótico	1249
4. Dos crimes contra o pátrio poder, a tutela e a curatela	1249
4.1. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	1249
Quadro Sinótico	1250
4.2. Subtração de incapazes	1251
Quadro Sinótico	1252
CAPÍTULO XIII – CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1255
1. Dos crimes de perigo comum	1255
1.1. Incêndio	1256
Quadro Sinótico	1259
1.2. Explosão	1260
Quadro Sinótico	1262
1.3. Uso de gás tóxico ou asfixiante	1263
Quadro Sinótico	1264
1.4. Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante	1265
Quadro Sinótico	1267
1.5. Inundação	1267
Quadro Sinótico	1268
1.6. Perigo de inundação	1269
Quadro Sinótico	1270
1.7. Desabamento ou desmoronamento	1271
Quadro Sinótico	1271

1.8. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	1272
Quadro Sinótico	1273
1.9. Formas “qualificadas” de crime de perigo comum	1274
1.10. Difusão de doença ou praga	1275
Quadro Sinótico	1275
2. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	1276
2.1. Perigo de desastre ferroviário	1276
Quadro Sinótico	1279
2.2. atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	1280
Quadro Sinótico	1281
2.3. atentado contra a segurança de outro meio de transporte	1282
2.4. Forma “qualificada”	1283
Quadro Sinótico	1283
2.5. Arremesso de projétil	1284
Quadro Sinótico	1285
2.6. atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	1286
Quadro Sinótico	1287
2.7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	1288
Quadro Sinótico	1289
3. Dos crimes contra a saúde pública	1290
3.1. Epidemia	1290
Quadro Sinótico	1291
3.2. Infração de medida sanitária preventiva	1292
Quadro Sinótico	1293
3.3. Omissão de notificação de doença	1294
Quadro Sinótico	1294
3.4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal 1295	
Quadro Sinótico	1297
3.5. Corrupção ou poluição de água potável	1298
Quadro Sinótico	1299
3.6. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	1300
Quadro Sinótico	1302
3.7. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	1303
Quadro Sinótico	1308
3.8. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	1309
Quadro Sinótico	1310

3.9. Invólucro ou recipiente com falsa indicação	1311
Quadro Sinótico	1311
3.10. Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	1312
Quadro Sinótico	1313
3.11. Substância destinada à falsificação	1313
Quadro Sinótico	1314
3.12. Outras substâncias nocivas à saúde pública	1315
Quadro Sinótico	1315
3.13. Medicamento em desacordo com receita médica	1316
Quadro Sinótico	1317
3.14. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	1318
Quadro Sinótico	1320
3.15. Charlatanismo	1321
Quadro Sinótico	1321
3.16. Curandeirismo	1322
Quadro Sinótico	1324
3.17. Forma “qualificada”	1324
CAPÍTULO XIV – CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	1327
1. Incitação ao crime	1327
Quadro Sinótico	1331
2. Apologia de Crime ou Criminoso	1332
Quadro Sinótico	1334
3. Associação Criminosa	1334
Quadro Sinótico	1340
4. Constituição de Milícia Privada	1341
Quadro Sinótico	1344
CAPÍTULO XV – CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1347
1. Da moeda falsa	1347
1.1. Moeda falsa	1347
Quadro Sinótico	1350
1.2. Crimes assimilados ao de moeda falsa	1351
Quadro Sinótico	1352
1.3. Petrechos para falsificação	1353
Quadro Sinótico	1354
1.4. Emissão de título ao portador sem permissão legal	1355
Quadro Sinótico	1355
2. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos	1356
2.1. Falsificação de papéis públicos	1356
Quadro Sinótico	1359

2.2. Petrechos de falsificação	1361
Quadro Sinótico	1361
2.3. Forma majorada	1362
3. Da falsidade documental	1362
3.1. Falsificação de selo ou sinal público	1362
Quadro Sinótico	1364
3.2. Falsificação de documento público	1365
Quadro Sinótico	1368
3.3. Falsificação de documento particular	1369
Quadro Sinótico	1370
3.4. Falsidade ideológica	1371
Quadro Sinótico	1375
3.5. Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	1376
Quadro Sinótico	1377
3.6. Certidão ou atestado ideologicamente falso	1377
Quadro Sinótico	1379
3.7. Falsidade de atestado médico	1380
Quadro Sinótico	1380
3.8. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	1381
Quadro Sinótico	1382
3.9. Uso de documento falso	1383
Quadro Sinótico	1385
3.10. Supressão de documento	1386
Quadro Sinótico	1386
4. De outras falsidades	1387
4.1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	1387
Quadro Sinótico	1388
4.2. Falsa identidade	1389
Quadro Sinótico	1390
4.3. Uso de documento de identidade alheio	1391
Quadro Sinótico	1392
4.4. Fraude de lei sobre estrangeiro	1392
Quadro Sinótico	1393
4.5. Fraude de lei sobre propriedade por estrangeiro	1394
Quadro Sinótico	1394
4.6. Adulteração de sinal de veículo automotor	1395
Quadro Sinótico	1401
5. Das fraudes em certames de interesse público	1402
5.1. Fraudes em certames de interesse público	1402
Quadro Sinótico	1405

CAPÍTULO XVI – CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1407
1. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral	1408
1.1. Peculato	1409
Quadro Sinótico	1416
1.2. Peculato mediante erro de outrem	1418
Quadro Sinótico	1419
1.3. Inserção de dados falsos em sistemas de informações	1420
Quadro Sinótico	1421
1.4. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	1422
Quadro Sinótico	1423
1.5. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1423
Quadro Sinótico	1424
1.6. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1425
Quadro Sinótico	1426
1.7. Concussão e excesso de exação	1427
Quadro Sinótico	1430
1.8. Corrupção passiva	1431
Quadro Sinótico	1436
1.9. Facilitação de contrabando ou descaminho	1438
Quadro Sinótico	1438
1.10. Prevaricação	1439
Quadro Sinótico	1441
1.11. Prevaricação imprópria	1442
Quadro Sinótico	1442
1.12. Condescendência criminosa	1443
Quadro Sinótico	1444
1.13. Advocacia administrativa	1445
Quadro Sinótico	1447
1.14. Violência arbitrária	1448
Quadro Sinótico	1449
1.15. Abandono de função	1450
Quadro Sinótico	1451
1.16. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prorrogado	1452
Quadro Sinótico	1453
1.17. Violação de sigilo funcional	1454
Quadro Sinótico	1455
1.18. Violação de sigilo de proposta de concorrência	1456
Quadro Sinótico	1457
1.19. Conceito de funcionário público e causa de aumento de pena	1458

2. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral	1460
2.1. Usurpação de função pública	1460
Quadro Sinótico	1461
2.2. Resistência	1461
Quadro Sinótico	1462
2.3. Desobediência	1463
Quadro Sinótico	1465
2.4. Desacato	1466
Quadro Sinótico	1468
2.5. Tráfico de influência	1468
Quadro Sinótico	1470
2.6. Corrupção ativa	1470
Quadro Sinótico	1473
2.7. Descaminho	1473
Quadro Sinótico	1478
2.8. Contrabando	1480
Quadro Sinótico	1484
2.9. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1485
Quadro Sinótico	1486
2.10. Inutilização de edital ou de sinal	1487
Quadro Sinótico	1488
2.11. Subtração ou inutilização de livro ou documento	1488
Quadro Sinótico	1489
2.12. Sonegação de contribuição previdenciária	1489
Quadro Sinótico	1497
3. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira	1498
3.1. Corrupção ativa em transação comercial internacional	1498
Quadro Sinótico	1499
3.2. Tráfico de influência em transação comercial internacional	1500
Quadro Sinótico	1501
3.3. Funcionário público estrangeiro	1502
4. Dos crimes em licitações e contratos administrativos	1503
4.1. Contratação direta ilegal	1503
Quadro Sinótico	1507
4.2. Frustração do caráter competitivo de licitação	1507
Quadro Sinótico	1509
4.3. Patrocínio de contratação indevida	1510
Quadro Sinótico	1512
4.4. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	1513
Quadro Sinótico	1515

4.5. Perturbação de processo licitatório	1515
Quadro Sinótico	1516
4.6. Violação de sigilo em licitação	1517
Quadro Sinótico	1518
4.7. Afastamento de licitante	1519
Quadro Sinótico	1520
4.8. Fraude em licitação ou contrato administrativo	1521
Quadro Sinótico	1523
4.9. Contratação inidônea	1524
Quadro Sinótico	1526
4.10. Impedimento indevido	1527
Quadro Sinótico	1528
4.11. Omissão grave de dado ou de informação por projetista	1529
Quadro Sinótico	1531
4.12. Regras sobre a pena de multa	1532
5. Dos crimes contra a administração da justiça	1533
5.1. Reingresso de estrangeiro expulso	1534
Quadro Sinótico	1535
5.2. Denúnciação caluniosa	1535
Quadro Sinótico	1541
5.3. Comunicação falsa de crime ou contravenção	1542
Quadro Sinótico	1543
5.4. Autoacusação falsa	1544
Quadro Sinótico	1545
5.5. Falso testemunha ou falsa perícia	1545
Quadro Sinótico	1549
5.6. Corrupção ativa de testemunha, servidor ou auxiliar da justiça	1549
Quadro Sinótico	1551
5.7. Coação no curso do processo	1551
Quadro Sinótico	1554
5.8. Exercício arbitrário das próprias razões	1555
Quadro Sinótico	1556
5.9. Exercício arbitrário das próprias razões: modalidade especial	1557
Quadro Sinótico	1557
5.10. Fraude processual	1558
Quadro Sinótico	1559
5.11. Favorecimento pessoal	1560
Quadro Sinótico	1561
5.12. Favorecimento real	1562
Quadro Sinótico	1563

5.13. Introdução de aparelho telefônico móvel ou similar em estabelecimento prisional	1564
Quadro Sinótico	1564
5.14. Exercício arbitrário ou abuso de poder	1565
5.15. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	1567
Quadro Sinótico	1569
5.16. Evasão mediante violência contra a pessoa	1570
Quadro Sinótico	1571
5.17. Arrebatamento de preso	1571
Quadro Sinótico	1572
5.18. Motim de presos	1572
Quadro Sinótico	1573
5.19. Patrocínio infiel	1574
Quadro Sinótico	1574
5.20. Patrocínio simultâneo ou tergiversação	1575
5.21. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	1575
Quadro Sinótico	1576
5.22. Exploração de prestígio	1576
Quadro Sinótico	1578
5.23. Violência ou fraude em arrematação judicial	1579
Quadro Sinótico	1579
5.24. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	1580
Quadro Sinótico	1581
6. Dos crimes contra as finanças públicas	1582
6.1. Contratação de operação de crédito	1582
Quadro Sinótico	1583
6.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	1584
Quadro Sinótico	1585
6.3. Assunção de obrigação no último ano de mandato ou legislatura	1585
Quadro Sinótico	1586
6.4. Ordenação de despesa não autorizada	1587
Quadro Sinótico	1588
6.5. Prestação de garantia graciosa	1588
Quadro Sinótico	1590
6.6. Não cancelamento de restos a pagar	1590
Quadro Sinótico	1591
6.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	1591
Quadro Sinótico	1592
6.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	1593
Quadro Sinótico	1593

CAPÍTULO XVII – CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	1595
1. Dos crimes contra a soberania nacional	1597
1.1. Atentado à soberania	1599
Quadro Sinótico	1601
1.2. Atentado à integridade nacional	1601
Quadro Sinótico	1602
1.3. Espionagem	1603
Quadro Sinótico	1607
2. Dos crimes contra as instituições democráticas	1608
2.1. Abolição violenta do Estado Democrático de Direito	1608
Quadro Sinótico	1609
2.2. Golpe de Estado	1610
Quadro Sinótico	1611
3. Dos crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral	1612
3.1. Interrupção do processo eleitoral	1612
Quadro Sinótico	1613
3.2. Violência Política	1614
Quadro Sinótico	1615
4. Dos crimes contra o funcionamento dos serviços essenciais	1616
4.1. Sabotagem	1616
Quadro Sinótico	1618
5. Disposições Comuns	1618
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1621